

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 615.436 - RJ (2014/0297634-8)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : **CLUBE DE INVESTIMENTO DOS EMPREGADOS DA VALE INVESTVALE**
ADVOGADO : **CARLOS GUSTAVO RODRIGUES REIS - RJ099663**
ADVOGADOS : **ISABELA BRAGA POMPILO E OUTRO(S) - DF014234**
: **MARCUS COSENDEY PERLINGEIRO E OUTRO(S) - RJ096965**
AGRAVADO : **MARIA REGINA GONZAGA**
ADVOGADO : **RAUL RODRIGUES PEREIRA NETO - RJ106891**

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial, por incidência da Súmula n. 7 do STJ.

O Tribunal de origem negou provimento ao agravo interno nos embargos infringentes opostos pelo agravante, em julgado que recebeu a seguinte ementa (e-STJ fl. 500):

EMENTA - AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS INFRINGENTES — AÇÃO ANULATÓRIA DE NEGÓCIO JURÍDICO C/C INDENIZATÓRIA — DIVERGÊNCIA QUANTO À NATUREZA DA PREJUDICIAL DE MÉRITO QUE NÃO RESULTOU NA ALTERAÇÃO DO RESULTADO DO JULGAMENTO CONSTANTE NO VOTO VENCEDOR — DECLARAÇÃO DE VOTO QUE NÃO PODE SER INTERPRETADA COMO VOTO VENCIDO — INEXISTÊNCIA DE DISSENSO QUANTO AO MÉRITO - EMBARGOS INFRINGENTES NÃO CONHECIDOS - RECURSO DESPROVIDO — DECISÃO MANTIDA.

Nas razões do recurso especial, interposto com fundamento no art. 105, III, "a", da CF, o agravante apontou violação do art. 530 do CPC/1973, sustentando o cabimento dos embargos infringentes. Aduziu que a prescrição seria questão de direito material e, portanto, de mérito a sentença que extinguiu o processo. Dessa forma, a superação da preliminar, por maioria de votos, ensejaria a oposição dos embargos infringentes.

Sustentou afronta ao art. 178, § 9º, V, do CC/1916, sob o argumento de que seria de 4 (quatro) anos o prazo decadencial para o ajuizamento da ação.

Alegou ofensa ao art. 189 do CC/2002, aduzindo que o termo inicial seria a data da ocorrência do dano e não a do conhecimento pela parte interessada.

Com fundamento no art. 333, I, do CPC/1973, argumentou inexistir prova do suposto vício de consentimento a que teria sido submetida a agravada.

Por fim, aduziu inexistir prova dos alegados atos ilícitos, em ofensa aos arts. 402 e 403 do CC/2002 e 333, I, do CPC/1973.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 543/546).

É o relatório.

Decido.

O recurso especial foi interposto com fundamento no Código de Processo Civil de 1973, motivo por que devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, com as interpretações dadas pela jurisprudência desta Corte (Enunciado Administrativo n. 2/STJ).

A jurisprudência do STJ sedimentou o entendimento de serem cabíveis os embargos infringentes quando, por maioria, o Tribunal afasta a prescrição reconhecida na sentença e enfrenta o mérito da discussão. Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. SENTENÇA QUE ACOLHEU A PRESCRIÇÃO. CAUSA QUE DETERMINA A EXTINÇÃO DO PROCESSO COM O JULGAMENTO DO MÉRITO. EMBARGOS INFRINGENTES OPOSTOS CONTRA APELAÇÃO QUE POR MAIORIA AFASTOU A PRESCRIÇÃO E JULGOU IMPROCEDENTE A DEMANDA.

1. Esta Corte Superior de Justiça firmou entendimento de que, nos termos do artigo 515, parágrafo 3º, do CPC, versando a controvérsia sobre matéria exclusivamente de direito, não há nenhum óbice a que o Tribunal ad quem, em sede recursal, proceda à análise imediata do mérito da demanda, após o afastamento da causa de extinção do processo sem julgamento de mérito, hipótese que não guarda relação com os autos.

2. A jurisprudência desta Corte reconheceu o cabimento dos Embargos Infringentes na hipótese em que o Tribunal, no julgamento da apelação, afasta a extinção do processo e aplica a regra do art. 515, § 3º, do Código de Processo Civil, julgando o mérito da causa, havendo divergência de votos.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no Ag 1384682/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 27/09/2011, DJe 05/10/2011)

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS INFRINGENTES. ACÓRDÃO QUE, POR MAIORIA, REFORMA SENTENÇA TERMINATIVA E ADENTRA O JULGAMENTO DO MÉRITO. CABIMENTO.

I.- Conforme estabelecido pelo artigo 530 do CPC, com a redação atualizada pela Lei n. 10.352/01, são cabíveis Embargos Infringentes contra Acórdão não unânime que reforme, em grau de Apelação, sentença de mérito.

II.- A jurisprudência desta Corte reconhece o cabimento dos Embargos Infringentes na hipótese em que o Tribunal, no julgamento da apelação, afasta a extinção do processo e aplica a regra do art. 515, § 3º, do Código de Processo Civil, julgando o mérito da causa, havendo divergência de votos.

Recurso Especial provido.

(REsp 1111012/RS, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/02/2011, DJe 02/03/2011)

Assim, merece reforma o acórdão recorrido.

Ante o exposto, CONHEÇO do agravo e DOU PROVIMENTO ao recurso especial, para determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem, a fim de que sejam analisados os embargos infringentes opostos pela agravante, ficando prejudicada a análise das demais questões alegadas no recurso especial.

Publique-se e intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília-DF, 25 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator